

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática  
**CCTCI**

**REQUERIMENTO Nº DE 2007**  
(Do Senhor Bilac Pinto)

*Requer realização de Audiência Pública para discutir os impactos da implantação do modelo de televisão digital, sobretudo na industria nacional de semi condutores e seus componentes.*

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, inciso XIV e 225, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para discutir os reflexos na indústria brasileira de semicondutores e seus componentes da introdução do modelo de TV digital, em data a ser agendada. Sugiro que sejam convidados: o Diretor do Inatel (Instituto Nacional de Telecomunicações), prof. Wander Wilson Chaves, o Presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), Dr. Humberto Barbato, o Secretário de Política de Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia, Dr. Augusto César Gadelha Vieira, o Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Dr. Roberto Pinto Martins e o Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Jairo Klepacz.



## Justificativa

O Governo Federal lançou um conjunto de desonerações previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dentre essas medidas constam as que visam incentivar a indústria de semicondutores (chips), displays e equipamentos de transmissão de sinal digital de TV: os Programas de Incentivos ao Setor da TV Digital (PATVD) e ao Setor de Semicondutores (PADIS), contidas na Medida Provisória 352.

Segundo o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, as iniciativas vão dar condições ao Brasil para brigar pelos investimentos internacionais voltados à produção destes componentes. “Com o PAC, nosso País começa a fazer parte dessa rota e passa a ter capacidade competitiva”, destacou durante coletiva aos jornalistas realizada no dia do anúncio.

Porém para especialista e pesquisadores do tema, a criação dos programas de apoio ao desenvolvimento tecnológico das indústrias de semicondutores e de equipamentos de TV digital (PADIS E PATVD) apresentam fragilidades e dependem fortemente de outras variáveis para que haja resultados concretos no fortalecimento de uma indústria nacional nestes setores.

Para Ricardo Benetton, diretor de TV Digital do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), é necessário que haja, juntamente com a desoneração, um plano para implementar a cadeia produtiva que garanta qual modelo de negócios vai ser adotado, incluindo para quem os produtos serão vendidos. Este último “detalhe” é fundamental, acrescenta Benetton, pois a indústria de semicondutores trabalha com quantidades enormes e um pólo produtor dificilmente se sustenta sem ter uma rede de compradores para além de seu mercado interno

Gustavo Gindre, pesquisador da UFRJ na área de TV Digital e integrante do Comitê Gestor da Internet no Brasil, ressalta que o buraco é bem mais



embaixo. Enquanto o Brasil continuar utilizando como parâmetro os Processos Produtivos Básicos (PPB), criados durante o governo Collor, não haverá criação de uma indústria nacional de semicondutores. Os PPBs consistem na instalação de empresas estrangeiras em território nacional que trazem a parte majoritária dos componentes de fora.

Dessa forma, o país se restringe ao papel de montador de kits prontos e acaba conseguindo baixa efetividade na transferência de tecnologia, elemento essencial para a criação de uma indústria nacional em um setor ainda pouco denominado. "Um projeto como este continua trabalhando com a noção da primeira revolução industrial de que importante é reter a fábrica. É verdade que uma medida como essa melhora o desempenho de nossa balança comercial e talvez até permita ao Brasil se tornar um entreposto de maquiladoras para exportação ao restante da América Latina. Mas, isso é pouco".

Se a perspectiva de uma indústria nacional na área de semicondutores já se mostra débil, no caso dos equipamentos de transmissão para TV digital a situação é mais incerta. As alíquotas incluídas no PATVD são as mesmas do PADIS (PIS/Pasep/Cofins, IPI e Cide), além de empresas que invistam no mínimo 5% de seu faturamento bruto em pesquisa e desenvolvimento no setor.

Na avaliação de Ricardo Benetton, se a política para este setor se restringir às medidas do PAC, a tendência é garantir a transição para a tecnologia digital com base na facilitação da importação de equipamentos de transmissão, e não no fortalecimento da indústria nacional.

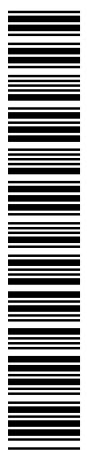
Ainda mais crítico é o diretor de Componentes da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e presidente da Aegis Semicondutores, Wanderley Marzano: o programa é burocrático demais. "Essa MP não vai atrair ninguém. É complicado investir 5% em P&D numa área cuja margem de lucro não é superior a 7%".



Nesse sentido, a realização nessa Comissão de Audiência Pública para discutir os impactos da implantação da TV digital na indústria nacional de semi condutores e seus componentes contribuirá para o desenvolvimento desse importante setor de nossa economia.

Sala da Comissão, em                    de 2007.

**Bilac Pinto**  
**Deputado Federal - PR/MG**



1F26875057